

**NO AREAL DAS MULHERES:
um benefício em família**

***IN WOMEN'S AREAL:
a family benefit***

Milena Cassal Pereira

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Fernanda Bittencourt Ribeiro

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Resumo

Este artigo resulta de uma pesquisa etnográfica realizada entre outubro de 2009 e novembro de 2010, junto a usuárias do Programa Bolsa Família, residentes no quilombo urbano Areal da Baronesa, em Porto Alegre. O objetivo deste trabalho é analisar dinâmicas familiares e de vizinhança ensejadas pelo recebimento deste benefício, atentando especialmente para o que expressam as mulheres em torno do uso do dinheiro recebido. A partir da apresentação de seis mulheres, abordamos suas interpretações quanto à titularidade do benefício, para quem e para que deva ser destinado. Ao mesmo tempo em que se considera as mulheres mais capazes do que os homens para a gestão da casa, vimos que no cotidiano, o uso do dinheiro pode tornar-se um critério de avaliação moral das mulheres e entre elas. O recebimento do dinheiro é atribuído às crianças e para ser gasto com elas. Esta interpretação amplia suas margens de negociação nas práticas de consumo familiares.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família, quilombo do Areal da Baronesa, mulheres, crianças

Abstract

This article results from an ethnographic study conducted between October 2009 and November 2010, with the users of the Bolsa Família Program residents in urban quilombo Areal da Baronesa, in Porto Alegre. The objective of this study is to analyze family and neighborhood dynamics provided by the opportunity to receive this benefit, with especial attention to what women express concerning the use of the money they received. From the presentation of six women, we approach their interpretations on the ownership of the benefit, to whom and at what it should be aimed. While women are considered more capable than men to manage the house, we saw that, in everyday life, the use of money can become a criterion for moral assessment of women and among them. Receiving the money allocated to children, aimed to be spent on them, widens their margin trading in family consumption practices.

Keywords: Bolsa Família Program, quilombo do Areal da Baronesa, women, children

Este artigo resulta de uma pesquisa etnográfica realizada entre outubro de 2009 e novembro de 2010, junto a usuárias do Programa Bolsa Família (PBF), residentes no quilombo urbano Areal da Baronesa, em Porto Alegre. O objetivo deste trabalho é analisar dinâmicas familiares e de vizinhança ensejadas pelo recebimento deste “benefício”, atentando especialmente para o que expressam as mulheres (titulares preferenciais do PBF) em torno do uso do dinheiro recebido. Os dados que serão apresentados a seguir foram produzidos a partir de observação participante em situações cotidianas, entrevistas semiestruturadas e aplicação de um questionário junto a oito mulheres de cinco famílias beneficiárias do PBF¹.

De ‘moça do bolsa’ a pesquisadora num quilombo urbano

Meu interesse em estudar as comunidades quilombolas surgiu a partir de um estágio no Conselho de Participação da Comunidade Negra do Rio Grande do Sul (CODENE), vinculado a Secretaria de Justiça e Desenvolvimento Social. Neste estágio, tive a possibilidade de conhecer algumas lideranças quilombolas, pois na formação do CODENE dava-se preferência a conselheiros que representassem todos os segmentos do movimento negro do estado: entidades religiosas de matriz africana, escolas de samba, entidades representativas de mulheres negras, ligadas à capoeira etc. Nesta mesma época, também fui estagiária na Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), no setor do “cadastro único” (CadÚnico) do município de Porto Alegre e que constitui a base de dados do governo federal com informações sobre famílias com perfil de “vulnerabilidade social”. Nesta função, atendia as(os) usuárias(os) no centro regional, localizado na Zona Sul da capital. Neste local, também são prestados serviços de atendimento jurídico; de atendimento a adolescentes que cumprem medidas socioeducativas; de informação sobre os programas Bolsa-Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), entre outros. Os atendimentos aos usuários do Bolsa Família eram feitos pelos cadastradores e aos do NASF e PETI pela assistente social. Meu trabalho ‘no bolsa’ deveria ser muito coeso com o dela, pois não raras vezes encaminhei “usuárias do bolsa” (assim chamadas pela instituição) para o “atendimento à comunidade” feito por esta profissional. Também, com frequência, recebia encaminhamentos da própria assistente social, para incluir uma família no CadÚnico. Como trabalhei neste centro regional entre 2007 e 2008, acabei conhecendo e sendo conhecida pela população. Muitos me abordavam na parada de ônibus para saber do benefício, de quando começariam a recebê-lo, ou para entender porque o valor estava bloqueado. Numa ocasião, num bairro distante do centro regional, uma senhora entrou no ônibus em que eu estava, ao me avistar gritou da roleta: “era tu que eu estava procurando!” Ela sentou-se ao meu lado e começou a me mostrar seus

1 A partir de um primeiro contato segui indicações quanto a outras possíveis beneficiárias dispostas a conceder entrevista.

comproventes do banco, informando que não estava recebendo o benefício. O trabalho no centro regional foi também o que me instigou a fazer esta pesquisa: as mulheres usuárias sempre comentavam comigo sobre o que faziam com o dinheiro, pediam aumento do valor recebido e, depois de um tempo, comecei a identificar as margens de manobra que utilizavam para colocar ou retirar alguém do cadastro ou também para omitir renda e outras informações. Os critérios de inclusão e o valor definido eram questionados inúmeras vezes, de várias formas, e as perguntas podiam ser feitas pela mesma pessoa em diferentes momentos. Acontecia de omitir-se a renda de algum familiar cadastrado, ou afirmar-se que alguém não morava mais na casa, quando este tinha renda. Ao invés de supor que a repetição de perguntas denota dificuldade de compreensão dos critérios do PBF, estas posturas também sugerem modos de agência dos usuários que, através da “omissão” ou “modificação” da composição familiar, agem sobre o sistema (Fonseca, 2006) de modo a serem contemplados pelo benefício. Muitos perguntavam por que recebiam tão pouco. O valor mínimo do Bolsa, na época, era R\$18,00. As usuárias queriam entender, por exemplo, porque uma vizinha que tinha menos filhos recebia muito mais. Muitas dúvidas desta ordem também foram identificadas por Foltran (2006) em sua pesquisa em São Luis do Maranhão. A autora, através deste dado, chama a atenção para os problemas de fluxo de informação na gestão do Programa. A mim, por outro lado, impressionava o fluxo de informações entre beneficiárias. Elas pareciam saber quanto cada uma de sua rua, bairro ou vila, recebia. Responder as perguntas muitas vezes não era possível, pois demandava conhecimento sobre a situação de outra beneficiária citada na pergunta. Outra coisa que me chamava atenção era o fato de ser vista como alguém que poderia conceder-lhes ou retirar-lhes o benefício. A entrada na sala de cadastramento era marcada por certa apreensão: explicavam-me toda a situação familiar, suas condições financeiras, porque não trabalhavam, pediam para eu dar um “jeitinho”, que aquela “ajuda” seria muito bem vinda para todos(as). Apesar de explicar que não dependia de mim, que havia critérios de renda para o consentimento do benefício, e que também havia uma avaliação da situação da família, eu observava que como “moça do Bolsa Família”, eu era uma espécie de materialidade física, a referência concreta daquele programa sobre o qual tanto se fala nos jornais, rádios e principalmente em suas casas. Os comentários sobre o uso do dinheiro me motivaram a encontrá-las fora destas situações de atendimento, e a situar o recebimento do benefício em seus contextos de vida familiar e de residência. Visto que as comunidades quilombolas com que tive contato no Codene são populações prioritárias para o cadastro único, busquei unir as duas experiências de estágio na pesquisa para a monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais². Comecei

2 O cadastro único para programas sociais tem as comunidades quilombolas como populações prioritárias, por entender que trata-se de grupos que, além de manter a perpetuação da cultura, são também comunidades que sofrem com as desigualdades sociais decorrentes de um processo histórico de exclusão racial, social, cultural e econômica. Os povos tradicionais, entre os quais estão incluídas as comunidades quilombolas, segundo o decreto 6.040/2007, são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e

então a buscar um contato no “Areal da Baronesa”, um quilombo urbano localizado nas proximidades do meu local de trabalho. Através de uma assistente social, que trabalhava com idosas nesta comunidade, comecei a frequentar o “quilombo” e a me apresentar à população.

Quilombo do Areal ou Luis Guaranha

O quilombo urbano Areal da Baronesa é hoje uma pequena rua localizada entre dois bairros residenciais de classe média de Porto Alegre – a Cidade Baixa e o Menino Deus. As primeiras casas da, oficialmente denominada, Avenida Luis Guaranha ainda preservam as fachadas do “tempo da baronesa”: são casas geminadas, cada uma de uma cor diferente com detalhes típicos de casarões do século XIX. Conhecida simplesmente como “Guaranha” é assim referida pelos moradores que se identificam como reminiscência viva deste antigo local de moradia de camadas pobres, ex-escravos e escravos libertos. A denominação Areal da Baronesa deve-se ao fato de que, no século XIX, a área foi domínio do senhor João Batista Pereira e da senhora Maria Emília Pereira, que receberam o título de barão e baronesa depois de terem hospedado D. Pedro II. Contam os historiadores (Santos et al., 2010) que, ao ficar viúva, a baronesa do Gravataí não conseguiu controlar suas economias e, para livrar-se das dívidas, vendeu suas terras a escravos libertos e imigrantes italianos. Os terrenos e casas do atual quilombo do Areal foram posse do sapateiro Luis Guaranha, que alugava peças para pessoas mais pobres e que, por não ter herdeiros, deixou suas propriedades para a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Desde então, a Santa Casa cobrava aluguéis, mas de forma bastante flexível. Quando uma imobiliária passou a mediar a cobrança dos aluguéis, os moradores mobilizaram-se procurando a intervenção da prefeitura. Na década de 1980, em forma de permuta, o terreno da Luis Guaranha passou a ser de posse do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) e, a partir de então, os moradores não pagaram mais aluguel. Na década de 1990, quando teve início o processo de titulação de terras quilombolas, a história dos antigos carnavais de rua, dos ex-escravos e negros libertos que ali ficaram justificou a certidão provisória de reconhecimento enquanto população remanescente de quilombos, conferida pela Fundação Palmares³. Atualmente, a identificação “quilombo urbano” está sendo incorporada e promovida cotidianamente pelos trabalhos e atividades desenvolvidos na sede da Associação de Moradores do Quilombo do Areal. Conforme o mais recente estudo sobre as comunidades quilombolas de Porto Alegre (UFRGS, FASC, 2008), no quilombo do Areal residem 256 habitantes divididos em 71 famílias⁴. Para o que vai ser apresentado a seguir cabe destacar que 66,2% das famílias são

transmitidos pela tradição (Decreto 6.040/2007).

³ Esta não é a certidão definitiva, a comunidade ainda aguarda o título definitivo de reconhecimento do local como território remanescente de quilombos.

⁴ Cabe precisar que neste estudo família é sinônimo de unidade residencial.

chefiadas por mulheres. Em termos etários 39,3% da população tem 17 anos ou menos e 22,1% tem menos de 12 anos. Da população com mais de 17 anos (60,7%), apenas 5,6% tem 60 anos ou mais.

A certificação como comunidade remanescente de quilombos possibilitou ao local um maior acesso as políticas públicas. A população é assistida a domicílio pelo Programa Saúde da Família (PSF), e na sede de moradores da Associação Cultural Quilombo do Areal da Baronesa são realizadas atividades como cursos e palestras direcionadas a idosos(as), crianças e jovens. Lá também ocorrem reuniões com diversos setores da prefeitura, para discutir as demandas dos moradores.

As famílias, as mulheres

No Areal, são as mulheres que estão mais visíveis e atuantes no presente, assim como algumas delas parecem ter assumido a tarefa de perpetuar a memória da rua. São elas que estão presentes nos cursos e atividades desenvolvidos pela associação comunitária, que tomam conta das crianças na rua etc. Diferente das análises que constata a baixa participação política das beneficiárias (Suárez; Libardoni, 2007), observamos que, antes da existência do PBF, as mulheres do Areal já participavam de reuniões com gestores públicos, a fim de solicitar melhorias para o local. Pode-se dizer que práticas de exercício da cidadania (Rego, 2008) estão na rotina de muitas das mulheres há mais de uma geração.

A seguir apresentaremos três famílias e seis das mulheres entrevistadas durante o trabalho de campo⁵. Destaco que, durante a etnografia, falei poucas vezes com os homens. Eles raramente me foram apresentados. Conheço apenas o presidente da associação em função desta posição, mas não consegui conversar com ele sobre o PBF. As mulheres entrevistadas ou me convidavam para entrar até a sala de suas casas, ou conversávamos no portão. Dona Dalila me convidou para entrar, conversamos na sala, seu marido estava em casa, mas não apareceu. Dona Maisha também me convidou para entrar, conversamos na sala, mas o marido não estava em casa. Quando os homens me viam, já chamavam suas esposas e ou companheiras, saindo do local, não intervindo na conversa. Conforme veremos a seguir, as mulheres, os homens e as crianças destas três famílias relacionam-se cotidianamente com o PBF e, em maior ou menor medida, atuam no uso e circulação deste benefício.

Dona Maisha⁶ - Avó de oito netos e bisavó de uma bisneta, viúva, mas com companheiro, se autodeclara negra, tem 56 anos e mora há 29 anos na comunidade. Ela é responsável por oito netos deixados pelas duas filhas, já falecidas, e ajuda também a criar

⁵ Os nomes das entrevistadas são fictícios. Escolhi nomes femininos africanos de acordo com minha percepção sobre suas personalidades.

⁶ Maisha significa Vida.

sua bisneta, ainda bebê na época da pesquisa. Foi a primeira presidente da associação comunitária do quilombo do Areal e comanda sua família de forma determinada: muitas vezes a vi mandando os netos voltarem para casa, não deixando as meninas e os pequenos ficarem na rua à noite. A associação é rodeada de crianças, e os netos de Dona Maisha entram e saem da sede, demandando pela avó o tempo todo. Ela reside numa casa simples, com poucas peças. Enquanto conversamos, sinto o cheiro de fritura que vem da cozinha: ela faz “enroladinho” para vender. Há sete anos recebe em torno de R\$ 160,00 do PBF. Morou em outro bairro até os 16 anos, quando a família sofreu ação de despejo por parte da prefeitura, por estarem em uma área invadida. Residiu também num bairro afastado do centro da cidade onde não gostava de morar: “não tinha nada, não tinha carro, só mato, o ônibus era um de manhã e outro à noite!” Conforme conta, a construção de sua casa no Areal se deu “a toque de caixa e cuspe!”. Ela conseguiu um vale construção na Legião da Boa Vontade e com a ajuda do pai, que era pedreiro, construiu as peças onde mora até hoje. Em relação ao Bolsa Família, Dona Maisha, ressalta que é pouco, mas que é uma “ajuda” para a compra de comida, material escolar e gás. Comenta que tudo é gasto, que no verão teve que usar o dinheiro para comprar uma bombona d’água, pois diz que não tem condições de tomar água da torneira, diz que tem a bisnetinha de sete meses, que não vai dar água com gosto de terra para as crianças⁷. Os netos e o companheiro dão palpite nas despesas da casa, falam para usar o dinheiro também com remédios quando precisam. O dinheiro também ajuda nos gastos extras, como, por exemplo, o conserto da máquina de lavar: “Eu não vou mais para tanque lavar roupa; chega de ir pra tanque. Tem que pagar o homem pra arrumar [a máquina de lavar]”. Também planeja arrumar os dentes e comprar seus óculos. Considera que o PBF poderia ser acrescido de uma cesta básica de seis em seis meses, para sobrar para roupas e calçados. Ela diz que o PBF é bom, mas insuficiente para famílias grandes. Discorda do que ouve na televisão sobre o Bolsa Família ser uma esmola: “não acho que seja esmola, é uma coisa muito boa, muito favorável, mas é pouco”. Antes de receber o benefício, Dona Maisha trabalhava em serviços gerais e, hoje, quando aparece, faz faxinas. Ela não gasta o benefício com roupas, pois recebe doações: “Tem que comprar também, as gurias têm que usar roupa, eu também tenho que usar, meu marido também; não podemos andar pelados, com os fundilhos das calcinhas podre, né? É isso que eu digo: a gente é pobre, mas não vai andar podre, caindo não.” Numa ocasião, o benefício foi suspenso por dois meses, por erro no relatório enviado para a Secretaria de Educação. Ressalta que foi um erro, porém sua neta de fato parou de estudar: “A minha neta, eu perdi dois meses. Ela não quis mais estudar, mas tava matriculada, essa aqui não falta nunca, tem 13 anos essa; o colégio boboeu lá e mandou errado e fiquei dois meses sem receber de novo.” Também recebe pensão do pai de uma das netas, o que dá uma ajuda. Junto com outras mulheres, Dona Maisha

7 No verão, e em períodos de estiagem, tem ocorrido proliferação de algas azuis ou cianobactérias no Lago Guaíba, cujas águas abastecem a cidade de Porto Alegre. Este fenômeno, decorrente do aumento de poluentes, tem provocado alterações de gosto e cor na água fornecida pelo Departamento Municipal de Águas e Esgotos (DMAE).

é muito presente e ativa na associação do Areal. Em março de 2010, ela estava inscrita no EJA, programa de alfabetização de jovens e adultos. Alguns meses mais tarde conta que não conseguiu estudar, pois tinha que cuidar dos netos e não podia deixá-los sozinhos à noite. Diz que não está criando os netos para ficarem soltos na rua, pedindo esmola, que isso não teria cabimento: quer que eles estudem para que sejam alguém amanhã. Em março de 2010, ela vendia enroladinhos e, em novembro, tinha parado com esta atividade e passado a vender cervejas e refrigerantes. Seu companheiro ajuda a compor a renda familiar com R\$100,0 por mês.

Dalila⁸ - É filha de uma das senhoras mais velhas da comunidade. Negra, tem 34 anos, é mãe de um casal de filhos e vive com o companheiro, presidente da Associação Comunitária e Cultural do quilombo do Areal. Dalila mora na comunidade desde que nasceu, trabalha como telefonista em uma instituição pública bem próxima de sua casa, e o companheiro como motoboy numa farmácia do bairro. Entre as entrevistadas, é a única com Ensino Médio completo. Seus filhos estudam como bolsistas integrais numa escola da rede privada, localizada fora do bairro de residência. Ao reconhecer a qualidade do ensino oferecido aos filhos ela se preocupa com o futuro, pois sendo estudantes de escola particular não terão acesso a universidade através do sistema Enem/ProUni (Exame Nacional do Ensino Médio/ Programa Universidade para Todos): “Fico bem apreensiva, por que o ensino médio, eu queria que eles fizessem em uma escola pública por causa daquela questão do Enem. Eu sei que quem faz em uma escola particular não tem direito a esse negócio do Enem.” Desde 2005, ela recebe em torno de R\$40,00 de benefício, e o dinheiro é utilizado na compra de material escolar cuja lista é extensa. Acredita que a maioria das pessoas usa o dinheiro para comida e vestuário, para coisas das crianças. Ela, às vezes, compra um tênis, e também aplica o dinheiro em alimentação e vestuário. O companheiro ajuda em “100%” das despesas do lar e, juntamente com as crianças, dá palpite sobre o uso do dinheiro recebido. Antes de receber o benefício era ajudada pela mãe, que dava uma força enorme, pois, conforme conta, estava sempre apertada. Dalila desejaria que o valor do benefício fosse maior:

Em face de tudo que a gente vê, que a gente tem acesso, toda essa roubalheira, eu acho que o dinheiro poderia ser maior, o valor do bolsa. Face a corrupção que existe eu acho que deveria ser maior um pouco. Porque eu acho os critérios meio estranhos, [...] eu tenho dois filhos e ganho R\$44,00. Tu vai no supermercado todos os dias muda o valor das coisas. As coisas aumentam, mas a gente ainda não recebeu aumento!

Aqaltune⁹ - É irmã de Dalila. Negra, tem 41 anos e é mãe solteira de um menino.

⁸ Dalila significa gentileza é a sua alma.

⁹ Aqaltune - princesa africana no reino do Congo. Ao liderar um exército de 10 mil guerreiros foi derrotada,

Completo o Ensino Fundamental e trabalha como auxiliar de serviços gerais na prefeitura de uma cidade da grande Porto Alegre. Tem um namorado, mas ressalta que “não é nada muito sério”. Ela e o filho residem com seus pais no quilombo do Areal. Ela afirma, em tom reivindicativo: “Sou eu sozinha para comprar tudo para meu filho... sou eu sozinha para tudo!” Ela recebe o benefício há dois anos e afirma gastá-lo somente com coisas para o filho, com comida, material escolar e merenda para o menino, pois a escola tem tido um problema no fornecimento das merendas. Quando seus pais “se apertam” com as despesas, às vezes ela compra um gás de cozinha para ajudar. Diz que seu pai sempre fala que o dinheiro “do bolsa” é para o neto, que ele gosta e se preocupa em comprar as coisas para o menino. Aqualtune não recebe pensão do pai de seu filho: “nunca deu nada; não ajuda com nada.” Conta que tentou colocá-lo na justiça, mas o rapaz não tinha endereço fixo, e não foi possível dar continuidade ao processo. Quando lhe respondo que não tenho filhos e comento que sou “filha de mãe solteira”, que minha mãe sempre falava o quanto era difícil educar uma criança sozinha, percebo que uma cumplicidade se estabelece. A partir de então, Aqualtune repete sempre: “Nós mulheres sozinhas...”, ou então, “tu me entende, né?”, acho que se referindo a minha mãe... Antes de receber o benefício, ficou desempregada por algum tempo, e trabalhava como faxineira três vezes por semana recebendo menos de um salário mínimo. “Eu não tinha escolha, tinha que pegar aquilo ali”; “pegava o que aparecia, pois precisava.” Hoje tem um salário melhor e consegue comprar as coisas para o filho: “Eu gosto de trabalhar”; “sempre fui atrás se as coisas apertavam”; “Tu não sabe como é difícil um filho querer uma coisa e não ter.” Afirma não comprar roupas para si, pois não tem condições, usa as roupas doadas pela Associação. Considera que “as mulheres têm mais visão do que os homens. Sabem administrar melhor a casa, conseguem ver o que está faltando dentro de casa e para os filhos, melhor que os homens”. No entanto, comenta em tom de crítica que algumas mulheres que recebem o benefício gastam-no com outras coisas, para si mesmas e não para as crianças. Relata sobre a comodidade que algumas mães de muitos filhos teriam por não trabalhar e só receber o Bolsa Família. Pediu para não colocar seu nome na pesquisa, pois na rua tem muita gente que gosta de “cuidar” da vida dos outros e que ela é uma mulher que levanta cedo, acorda às quatro e meia da madrugada para pegar o ônibus às cinco e meia, no centro: “Eu vou do trabalho para casa, da casa para o trabalho.” Por estar geralmente trabalhando não consegue participar da Associação, mas às vezes ajuda a fazer as comidas para as atividades e festas que promovem.

Dona Nyarai¹⁰ - Moradora de uma das casas novas construídas pelo Departamento Municipal de Habitação em 2006, tem 52 anos, é mãe de dois rapazes deficientes de 18 e 30 anos, e de três moças: uma de 12 anos e as outras de 25 e 28 anos. Ela é filha da

aprisionada e vendida para o Brasil como escrava de reprodução. Diz-se que Ganga Zumba era da família de Aqualtune e que ela seria avó de Zumbi dos Palmares.

10 Nyarai significa humildade.

moradora mais antiga do Areal, sempre morou e gosta de morar no local, pois assim fica perto da família. Esta proximidade é importante para ela, pois acontece dos filhos deficientes precisarem ir para o hospital em função de crises de convulsão. Dona Nyarai cursou até a 4ª série do Ensino Fundamental, é separada, e eventualmente faz limpeza para tirar um dinheiro extra. Atualmente dedica-se a cuidar dos filhos e da menina adolescente. Recebe a Bolsa Família há cinco anos e, com o aumento deste ano, passou a receber R\$90,00. Diz que ganha só pela menina menor que está no colégio, pois os meninos deficientes recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) pago a pessoas com deficiência e equivalente a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Como os netos de dona Maisha, a menina de Dona Nyarai também estuda na escola pública do bairro. O dinheiro do benefício é gasto com calçados, roupas e material escolar. Eventualmente, também são comprados alimentos com o dinheiro do Programa, mas as filhas que trabalham ajudam a comprar “o grosso”. Percebi que o dinheiro do Programa é mais direcionado para a menina de 12 anos, no gasto com roupas:

Porque ela é mocinha né... ela tem 12 anos, as guriazinhas vão assim direitinhas, aí um dia ela tava assim: queria uma calça. Ela me disse: “Mãe, todo mundo tem aquela calça”. Eu disse: “Agora eu não posso comprar!” Ela ainda não reclama, né?! Mas aí eu disse: “Tá, mês que vem a mãe vai comprar”. Aí então eu compro: compro sutiãs, que ela já tá mocinha, quer que compre aqueles conjuntinhos de calcinha de mocinha. Mas não é muito caro o que eu compro, tem vezes que eu compro nos atacados, as calcinhas, essas coisas. Eu digo: “Ela é uma mocinha, tá se criando”, pois quando vai ao colégio maloqueiro, falam da gente, xingam a gente. A turma dela vai assim arrumadinha. Quando ela não vai arrumadinha as colegas falam: “Ai, tu não tem roupa”. A turma dela fala!

Ainda que não mencione nenhuma situação concreta, pois a menina nunca vai para escola desarrumada, Dona Nyarai não quer que sua filha passe vergonha. O fato de ela estar crescendo, e a possibilidade de comprar as coisas para ela, são de extrema importância para sua mãe. Nos meus encontros com a menina, observo que ela usa os tais “conjuntinhos” que dona Nyarai referiu. É doce, vaidosa, usa bolsas da moda, e numa de minhas visitas usava um sapato de salto alto.

Ayofemi¹¹ - Filha de dona Nyarai, tem 25 anos, é “mãe solteira” e atualmente não tem companheiro. Tem um casal de filhos, mas o menino mora com o pai. Recebeu o benefício durante um tempo, mas ele foi interrompido porque sua renda era incompatível com os critérios do programa. Ela trabalhava em um condomínio onde recebia mais do que um salário mínimo. Depois trabalhou em uma cooperativa, e nunca mais recebeu o dinheiro do Programa. Seu último pagamento foi em dezembro de 2008. No entanto, ela não

¹¹ Ayofemi significa alegria gosta de mim.

compreende porque “eles” não querem dar o benefício para ela. Tem uma filha e argumenta que tem gastos com a criança e com a casa, e também ajuda sua mãe, que não tem condições de sustentar mais duas crianças. Na época em que recebia o benefício, o valor era de R\$15,00 e não dava para fazer quase nada. Quando houve novo cadastramento, ela fez a solicitação: “Eu falei, gritei, até hoje estou esperando. Eles alegam que é por causa da renda. Como que eles não querem me dar a Bolsa? Ela vai pro colégio, como que eles não querem me dar a Bolsa?” Na sua indignação por não receber o benefício, Ayofemi refere-se a “eles”, como se houvesse alguém que não quer liberar o benefício para ela.

Ayo¹² – Filha de Dona Nyarai, tem 28 anos, e quando pergunto sua cor, apresentando as opções do questionário, responde rapidamente: preta, e demonstra muito orgulho de sua etnia. Ela tem duas filhas, é “mãe solteira”, e tentou colocar o pai das meninas na justiça para cobrança da pensão alimentícia, mas não conseguiu prosseguir, pois o rapaz não tem endereço fixo. Ele nunca teria ajudado as meninas. Ayo recebe, há cinco anos, R\$102,00 do PBF, e entende que o benefício esteja em nome da mulher por esta ser “mais independente” e o homem não saber “o que faz com o dinheiro”. Uma de suas filhas estuda em uma escola municipal onde as crianças recebem o material escolar. Há pouco tempo, Ayo também recebia o benefício referente ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). Sua mãe, avó e outros parentes também ajudam a complementar a renda. Seus gastos, com o dinheiro do benefício, são fraldas e coisas para as meninas: iogurte, sapatos, achocolatado, remédios e com ele também paga a creche de uma delas. Segundo Ayo, “a mais velha diz que o dinheiro é dela e da mana dela”. Atribui isto ao fato das meninas terem ido com ela ao centro regional fazer o cadastro único. As crianças vão junto ao supermercado e pedem coisas como bolachinhas, batata frita etc. Diante dos pedidos, Ayo determina que escolham entre um ou outro produto. Comenta que as meninas conversam com ela sobre isso, que perguntam se pode lhes comprar algo naquele momento, então vai “enrolando” mais um pouco. Segundo Ayo, as meninas seriam mimadas pela avó (dona Nyarai) e pela bisavó. Quando lhes nega algo, elas respondem: “Minha avó ou minha bisa me dá! Daí fica difícil a negociação.” Ouvindo isso, dona Nyarai observa: “Aqui em casa elas são tudo, minha mãe não deixa faltar nada.” A mãe de dona Nyarai é a moradora mais velha do Areal, e naquele dia completava 80 anos. Segundo Ayo, se deixasse, suas filhas comprariam a boneca da Polly, a sandália da Hello Kitty, bicicleta etc. Ayo me diz que, como a mais velha vai para escola no próximo ano, ultimamente ela tem pedido para comprar cadernos ou coisas de material escolar. Ayofemi e Ayo moram em casas muito próximas a de sua mãe, a quem ajudam com as despesas da casa e nos cuidados com os irmãos doentes, além de receber ajuda da mãe para cuidar de seus filhos.

12 Ayo significa grande alegria.

Mulheres “preferidas”: interpretando sentidos

De acordo com o decreto 6.135/07 que dispõe sobre o cadastro único para programas sociais do governo federal, o sistema de benefícios está vinculado ao domicílio e a um responsável pela unidade familiar, maior de dezesseis anos, preferencialmente mulher. As entrevistadas no quilombo do Areal interpretam o fato de serem as titulares no cadastro único de programas sociais como decorrência das mulheres terem mais visão sobre a administração da casa e dos filhos: “elas conseguem ver o que está faltando dentro de casa e para os filhos melhor do que os homens”; “são mais preparadas do que os homens” para receber e administrar o benefício. A partir destas interpretações e das observações sobre como se organizam, tanto na associação de moradores quanto em suas casas, colocamos questões também abordadas em outros estudos (Fonseca, 2010; Pires, 2010; Pires et al., 2011): a titularidade preferencial contribui para uma maior autonomia das mulheres quanto a organização de suas vidas, o cuidado dos filhos e da casa, em relação à renda dos maridos ou quando vivem sozinhas? Ou a responsabilização legal pelo benefício traz pressões extras para as mulheres beneficiadas?

Um aspecto que cabe destacar é o fato de mais de dois terços das famílias do Areal estar sob a responsabilidade de mulheres e destas, historicamente, serem lideranças locais¹³. Neste sentido, pode-se afirmar que, assim como sugerem as análises de Suárez e Libardoni (2007), também no quilombo do Areal a titularidade no PBF vem reforçar “poderes” que já estavam colocados no cotidiano¹⁴. Olavo Marques (2006), na dissertação de mestrado intitulada *Entre a Luis Guarânia e o Quilombo do Areal*, observa a liderança das mulheres na comunidade e a pouca participação de homens e jovens em reuniões e debates sobre o processo de titulação. Em geral, com exceção do presidente da Associação, os homens só estavam presentes em discussões sobre a posse das terras, as reformas na Associação e a reconstrução das casas. De acordo com o autor, a participação dos homens se dá em atividades sociais, através da promoção de churrascos, nas festas de rua etc.

Na pesquisa que aqui apresentamos pode-se observar que a participação das mulheres na vida associativa do quilombo do Areal combina-se com posições firmes sobre

13 Machado (2006), em um artigo sobre mulheres quilombolas, observa que alguns quilombos gaúchos foram iniciados por mulheres negras que fugiam pelas campanhas, pampas, vales, serras e montanhas do sul para ganharem seus bebês em terras livres. Em Porto Alegre, existem quatro quilombos urbanos: o quilombo da Família Silva (bairro Três Figueiras), o quilombo dos Alpes (bairro Cascata), o quilombo da Família Fidelix (bairro Cidade Baixa) e o quilombo do Areal (entre os bairros Cidade Baixa e Menino Deus). Em três deles observa-se a liderança destacada de mulheres.

14 De acordo com Carmem Deere e Magdalena León (2002), a noção de empoderamento da mulher requer uma transformação no acesso aos bens com vistas a igualdade entre homens e mulheres. Em 1985, na terceira conferência da ONU sobre mulheres, um grupo de feministas apresentou um documento no qual o conceito de empoderamento corresponde a estratégia conquistada por mulheres do terceiro mundo para mudar as próprias vidas, ao mesmo tempo que isto gera um processo de transformação social, principal objetivo do movimento de mulheres (Deere; Leon, 2002, p. 53). Segundo as autoras, o empoderamento feminino também desafia as relações familiares patriarcais, pois pode levar a perda da posição privilegiada dos homens sob o patriarcado. (Deere; Leon, 2002, p. 54).

a independência em relação aos homens e afirmações sobre a própria capacidade de “ir atrás”¹⁵: “Eu não vou mais para tanque lavar roupa; chega de ir pra tanque. Tem que pagar um homem pra consertar [a máquina de lavar]”; “Com estudo, não precisa de homem para se sustentar, não vai depender de homem, a pessoa mesmo pode conseguir se manter sozinha”; “Eu gosto de trabalhar, sempre fui atrás se as coisas apertavam”; “[Para conseguir as coisas] eu vou caminhar, eu vou caminhar, bato na porta das pessoas, sou cara dura, nunca ninguém bateu a porta na minha cara”. Estes comentários reiterados nos levam a pensar que estas posturas podem estar sendo reforçadas pela titularidade do cartão Bolsa Família, que, aliás, nunca foi objeto de queixa das mulheres entrevistadas. Da mesma forma as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, em municípios pesquisados por Suárez e Libardoni (2007), consideram ter “mais jeito” para a administração da casa e dos filhos. Assim, o fato de acharem ter “mais visão” do que os homens é, para elas, explicativo da preferência quanto a titularidade do cadastro e do controle do cartão de recebimento do dinheiro.

Em acordo com argumentos de Meyer (2000, 2012), também entendemos a titularidade preferencial das mulheres no PBF como um exemplo de “politização do feminino e da maternidade” pelas políticas sociais. Como observa justamente a autora:

As representações que significam e inscrevem a maternidade no corpo (e na ‘alma!’) da mulher, em diferentes espaços e tempos, são, ao mesmo tempo, incapazes de fixar nele, de uma vez para sempre, um conjunto verdadeiro, definido e homogêneo de marcas e sentidos. Para, além disso, todas as representações de mulher, maternidade [...] produzem sentidos que funcionam competindo entre si, deslocando, acentuando ou suprimindo convergências, conflitos e divergências entre diferentes discursos e identidades; mas são algumas delas que, dentro de determinadas configurações de poder, acabam se revestindo de autoridade científica ou se transformando em senso comum, a tal ponto que deixamos de reconhecê-las como representações. É assim que uma delas passa a funcionar num determinado contexto sócio histórico e cultural, como sendo a melhor ou verdadeira maternidade, aquela que se transforma em referência das ações assistenciais e educativas [...] e a partir da qual outras maternidades são classificadas e valoradas. (Meyer, 2000, p. 120-121).

Na mesma linha de argumentação, Klein (2005) observa o papel atribuído a mulher-mãe usuária do Programa Bolsa Escola (precursor do Programa Bolsa Família), e aponta representações e significados associados a quem recebe o benefício:

Analisar o Programa Bolsa-Escola como um aparato cultural [...] [significa] discutir como ele foi produzido em nossa cultura e que representações e significados para a maternidade foram sendo

15 Ver Fonseca e Brites (2006) para situar a recorrência do uso de expressões semelhantes por membros de grupos populares nas suas relações com instâncias de poder.

construídos e fixados às práticas sociais a partir dele – fundamentalmente, às práticas de mulheres-mães que vivem abaixo da linha de pobreza. Foi a partir desse exercício que pude pensar o Programa em um determinado contexto histórico e cultural e a maternidade como sendo o resultado de um processo de re/significação cultural que não pode ser entendido fora das relações de poder que a constituíram/constituem. (Klein, 2005.p. 32)

Em relação ao PBF, com a titularidade preferencial no cadastro único, as mulheres também são responsáveis por atender as condicionalidades do programa: acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos; as mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizes, devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê; todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. As que estiverem “em risco”, ou tenham sido retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), ou outros programas sociais, devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal. Os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%. Como notam Carlotto e Mariano (2010):

Ao ser incluída no PBF, a mulher é tomada como representante do grupo familiar, vale dizer, o grupo familiar é materializado simbolicamente pela presença da mulher. Esta, por sua vez, é percebida tão somente por meio de seus ‘papéis femininos’ que vinculam, sobretudo, o ser mulher ao ser mãe, com uma identidade centrada na figura de cuidadora, especialmente das crianças e adolescentes, dadas as preocupações do PBF com esses grupos de idade. (Carlotto; Mariano, 2010, p. 1).

A partir destas análises, pode-se afirmar que a lógica de concessão e gestão deste benefício apoia-se e reforça lugares tradicionais do feminino e do masculino em nossa sociedade: o masculino correspondendo idealmente ao espaço público e a mulher mantida associada às responsabilidades com o doméstico. Neste funcionamento, o objetivo de empoderamento das mulheres, com frequência relacionado ao PBF, de certa forma, toma esta representação arraigada como suporte para distribuição de renda e promoção de autonomia financeira na gestão do espaço privado. Esta mesma responsabilização, ao colaborar com a naturalização dos lugares de mãe e cuidadora do grupo familiar, pode contribuir também para a desresponsabilização dos homens enquanto pais e companheiros (Meyer; Klein; Fernandes, 2012).

Pires (2010), a partir de sua pesquisa sobre o PBF, num município muito pobre do Nordeste, também observa claramente a crença numa maior competência das mulheres para a gestão dos recursos familiares associada ao que seria próprio da natureza dos homens e

das mulheres:

Em Serra Bonita acredita-se que a mulher, a mãe, é quem melhor gere os recursos familiares, no sentido de priorizar toda a família, principalmente, o bem estar das crianças, em detrimento dos indivíduos particularmente. É da natureza do homem pensar primeiro nele, seria um desastre se o benefício fosse entregue em suas mãos, afirma a gestora municipal do PBF. (Pires, 2010, p. 7).

Nesta lógica, o funcionamento do Programa só estaria reconhecendo algo destas naturezas. Também no quilombo do Areal, onde dois terços das residências são “chefiadas por mulheres”, as mulheres entrevistadas interpretam a titularidade preferencial no Cadastro Único para Programas Sociais como algo óbvio, dada as competências naturais das mulheres. Talvez esteja nisso uma chave de interpretação para o fato de que nenhuma delas tenha reclamado do que poderia ser vivido como um sobrepeso em seus cotidianos. Cabe lembrar, a luz dos estudos foucaultianos, que a naturalização cultural dos lugares do feminino e do masculino tem também por efeito a produção histórica, prática e subjetiva da verdade que enuncia: a de que as mulheres são mais adequadas a alguns domínios da vida social, como os do doméstico e do cuidado, por exemplo. Na perspectiva de uma política de distribuição de renda, como o PBF, a adequação aos tradicionais papéis de gênero é uma garantia para o investimento dos recursos públicos. Na perspectiva de uma problematização de gênero, ela é uma evidência da profunda desigualdade entre homens e mulheres na família.

Olhando a partir da etnografia realizada, cabe observar também que a “casa e a rua” tem fronteiras bastante fluidas no cotidiano do quilombo do Areal. Assim como as responsabilidades assumidas por algumas mulheres se estendem para além de suas residências; o doméstico também se espalha pela rua, através do trânsito entre as casas e a circulação das informações.

Para que e de quem é o dinheiro?

As entrevistadas afirmam não terem sido orientadas sobre como deveriam utilizar o benefício, mas prevalece entre elas e seus familiares a ideia de que o dinheiro é para ser utilizado com as crianças. O pai de Aqualtune, por exemplo, faz questão de lembrar que o dinheiro é de seu neto. O raciocínio mais comum parece ser o seguinte: se a existência de crianças e adolescentes na família justifica a demanda pelo benefício na faixa de renda em que se encontram, logo este dinheiro deve ser gasto com elas¹⁶. Na família de dona Nyarai, suas netas de 3 e 5 anos têm uma postura muito clara em relação ao dinheiro do programa.

¹⁶ As famílias que possuem renda mensal entre R\$70,01 e R\$140,00 só ingressam no Programa se possuírem crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. Já as famílias com renda mensal de até R\$70,00 por pessoa, podem participar do Bolsa Família qualquer que seja a idade dos membros da família.

Como Ayo (mãe delas) me conta, a mais velha lhe diz: “O dinheiro é meu e da minha mana.” Talvez por concordar com elas, Ayo cede às pressões das filhas no supermercado e no comércio local. Ela considera difícil negociar com as meninas, e afirma que se deixasse o dinheiro nas mãos delas “comprariam só porcaria: bolachinhas, batata frita, e outras coisas”. Silva (2012) encontra o mesmo no município de Catingueira (PB), onde as crianças afirmam utilizar o dinheiro com brebotes¹⁷ e lanches. De acordo com a autora, houve mudança no tipo de consumo na cidade, conforme a faixa etária. Os jovens também compreendem que o fato de irem para a escola possibilita o recebimento do dinheiro pelos pais. Pires (2009) analisa uma reconfiguração de poderes no interior das famílias e uma maior autonomia das crianças a partir do PBF. No contexto pesquisado por Pires (2010), as mães também levam seus filhos as compras e, portanto, os desejos das crianças do semiárido nordestino não diferem muito das crianças do quilombo do Areal:

Constatamos muitas vezes que as mães priorizam as crianças no momento das compras, principalmente aquelas nos nomes de quem vem o benefício, isto funciona como incentivo a escolarização e é uma forma de fazer justiça com aquela criança que vem se esforçando nos estudos. É geralmente a própria mãe quem compra o que elas precisam (como roupas, calçados, material escolar) ou o que gostariam de comer (bolacha recheada, iogurte, pipocas, etc). (Pires, 2010, p. 11).

Assim como a filha de Dona Nyarai, as meninas encontradas por Pires (2010), no município pesquisado, também querem gastar o dinheiro com “coisas de mulher”: “Adolescentes meninas, no entanto, priorizam artigos de vestuário, como roupas e calçados e coisas de mulher: esmalte, maquiagem, desodorante, perfume, roupa íntima, absorventes, bijuterias, etc.” (Pires, 2010, p.12).

Além das mudanças nas relações com as crianças, temos indicações de que o uso do dinheiro também possa se tornar um critério de avaliação moral das mulheres e entre elas, que observam umas as outras para saber o que cada uma faz com a quantia recebida. Existe um movimento na rua atento aos gastos nos comércios locais e ao que é comprado. Inúmeras vezes ouvi comentários sobre mulheres que gastam o dinheiro com outras coisas e não com as crianças. Os moradores, em geral, sabem identificar quem da vizinhança recebe o benefício e, em muitos casos, sabem no que é gasta a quantia recebida. Foi nesta rede invisível e discreta de informações que fiquei sabendo que uma das mulheres estava com o benefício bloqueado porque uma das crianças deixou de frequentar a escola. A cobrança das mulheres que recebem o PBF entre elas e daquelas que não recebem o dinheiro, dá-se através das fofocas nas quais adultos e crianças atuam levando e trazendo informações sobre suas casas e as dos outros. Conforme demonstra Fonseca (2000, p. 23), a fofoca pode agir como forma de coerção e informar sobre a reputação dos moradores de

¹⁷ Brebotes: termo utilizado em Catingueira para chicletes, pelota, pipoca (Silva, 2012).

um local, consolidando ou prejudicando a imagem pública de alguém. Pudemos observar que especulações sobre o uso do PBF podem se transformar em acusações que afetam a reputação das mulheres beneficiárias.

Conclusões

Neste artigo, buscamos mostrar como o benefício recebido através do PBF é integrado no cotidiano de grupos familiares do quilombo do Areal. Pretendemos ter demonstrado como ele se insere numa continuidade histórica em que as mulheres assumem o fundamental das responsabilidades em relação à suas famílias. Ao ser considerado pelas entrevistadas como uma importante “ajuda”, ainda insuficiente, podemos observar seu caráter complementar em relação às redes de ajuda mútua, ao trabalho formal e informal que há mais de um século compõe a dinâmica de sustento e reprodução das famílias residentes nesta rua. As entrevistas permitiram-nos constatar que a titularidade preferencial do benefício não é vista como um problema pelas mulheres. Elas a interpretam como uma decorrência de suas competências. Por outro lado, a etnografia na Luis Guarânia deixou ver o controle coletivo das práticas de consumo que o recebimento do benefício parece autorizar. Para além dos domicílios, as especulações sobre o destino do dinheiro o tornam um critério de julgamento moral das mulheres fundamentalmente porque o benefício é entendido como destinado às crianças. Mais do que apontar o equívoco desta interpretação, visto que o PBF não afirma este destino individualizado do benefício, gostaríamos de observar sua coerência com os processos contemporâneos de individualização ideológica das crianças na família (Elias, 1994; Fonseca, 2004 e ainda Ramos; Ribeiro, 2011). Nas relações cotidianas entre adultos e crianças, no quilombo do Areal, este processo amplo tende a aumentar o controle sobre as condutas dos adultos (especialmente das mães), que necessitam de políticas sociais para o sustento familiar, assim como as margens de negociação e de influência legítima das crianças no consumo e nos gastos familiares.

Referências

AGENDE. Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento. **O programa Bolsa Família e o enfrentamento das desigualdades de gênero**: relatório de pesquisa. Brasília, DF: MDS, 2006. [mimeo].

CARLOTO, Cassia M.; MARIANO, Silvana A. As mulheres nos programas de transferência de renda: manutenção e mudanças nos papéis e desigualdades de gênero. [Comunicação]. In: CONGRESSO BIEN 2010, 13. RENDA BÁSICA COMO FERRAMENTA DE JUSTIÇA E PAZ. 30 de jun. a 2 de jul. 2010. FEA-USP, São Paulo, 2010. **Anais...** Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/cassiacarlotoAsmulheresnosprogramasdetransferenciaderenda.pdf>> Acesso em: 26 mar. 2013

DEERE, Carmem; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher**: direito à terra e direitos de propriedade na

América Latina. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Org. por Michael Schröter. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FOLTRAN, Paula. Todos contra um: a força do programa Bolsa Família em São Luís do Maranhão. In: SUÁREZ, Mireya et al. **O programa Bolsa Família e o enfrentamento das desigualdades de gênero: relatório de pesquisa**. Brasília, DF: MDS, AGENDE, 2006. [mimeo].

FONSECA, Ana Maria M. da. **Família e política de renda mínima**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. As mulheres como titulares das transferências condicionadas: empoderamento ou reforço de posições de gênero tradicionais? In: CONGRESSO DA REDE MUNDIAL DE RENDA BÁSICA 2010, 13. **Anais...** Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/Asmulherescomotitularesdastransferenciascondicionadas.pdf>> Acesso em: 23 mar. 2013

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

_____. Olhares antropológicos sobre a família contemporânea. In: ALTHOFF, Coleta R.; ELSEIN, Ingrid; NITSCHE, Rosane G. (org.). **Pesquisando a família: olhares contemporâneos**. Florianópolis: Papa-livro, 2004. p. 55-68.

FONSECA, Claudia; BRITES, Jurema. (org.). **Etnografias da Participação**. Santa Cruz do Sul: Ed. da Unisc, 2006.

GEHLEN,IVALDO et al. (orgs.). **Diversidade e proteção social: estudos quanti-qualitativos das populações de Porto Alegre**: afro-brasileiros, crianças, adolescentes e adultos em situação de rua, coletivos indígenas, remanescentes de quilombos. Porto Alegre: Centaury, Fasc/UFRGS, 2008.

KLEIN, Carin. A produção da maternidade no Programa Bolsa-Escola. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, jan./abr. 2005, p. 31-52. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S-0104-026X2005000100003> Acesso em: 23 mar. 2013

MACHADO, Sátira P. Mulher Afro-Gaúcha: negritude à flor da pele. In: PAIVA, Sérgio (org.). **Mulheres do Rio Grande do Sul**: diversidade. Porto Alegre: SFERASRP Ed. de Artes, 2006.

MARQUES, Olavo R. **Entre a Avenida Luís Guaranha e o Quilombo do Areal**: estudo etnográfico sobre memória, sociabilidade e territorialidade negra em Porto Alegre/RS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2006. (Prêmio ABA/MDA Territórios Quilombolas)

MEYER, Dagmar; KLEIN, Carin; FERNANDES, Leticia P. Noções de família em políticas de 'inclusão social' no Brasil contemporâneo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, maio/ago. 2012, p. 433-44. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/26199/22843>> Acesso em: 23 mar. 2013

MEYER, Dagmar. Corpos maternos pobres. Processos educativos. In: RIBEIRO, Paula Regina C.; SILVA, Méri Rosane S. da; GOELLNER, Silvana V. (org.). **Corpo, Gênero e Sexualidade**: composições e desafios para a formação docente. Rio Grande: Furg, 2009. p. 19-31.

_____. As mamas como constituintes da maternidade: uma história do passado? **Educação e Realidade**, Porto Alegre, FACED/UFRGS, v. 25, n. 2, jul./dez. 2000, p. 117-133.

PIRES, Flávia Ferreira. A Casa Sertaneja e o Programa Bolsa Família. Questões para Pesquisa. **Política & Trabalho**, UFPB, João Pessoa, v. 27, 2009, p. 1-15. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6808/4243>> Acesso em: 23 mar. 2013

- _____. Geração bolsa família: as crianças, suas famílias e os impactos sociais de uma política pública no semi-árido Nordeste Brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 34, Caxambu, 2010. [Trabalho apresentado no GT - Do ponto de vista das crianças: estudos recentes em Ciências Sociais]. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1413&Itemid=350> Acesso em: 26.03.2013
- PIRES, Flávia F.; SANTOS, Patrícia O. S. dos.; SILVA, Jéssica K. R. da. Elas decidem? Analisando o Papel Familiar da Mulher a partir do Programa Bolsa Família. **CAOS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, v. 16, 2011, p. 108-119. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/caos/n17/8.%20PIRES,%20SANTOS,SILVA%20UFPB%20PBF%20108-%20119.pdf>> Acesso em: 23 mar. 2013
- RAMOS, Elsa; RIBEIRO, Fernanda B. (orgs.). Pertencimentos, individualização e subjetividades. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Dossiê temático, Porto Alegre, v. 11, n. 1, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/issue/view/520>> Acesso em: 23 mar. 2013
- REGO, Walquiria G. D. L. Aspectos Teóricos das Políticas de Cidadania: Uma Aproximação ao Bolsa Família. **Lua Nova** [Impresso], v. 73, 2008, p. 147-185.
- SANTOS, Irene et al. **Colonos e Quilombolas** - Memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre. Porto Alegre: Fumproarte, 2010.
- SILVA, Jessica. K. R. 'Eu compro tudo de Pelota': o Programa Bolsa Família e o consumo das crianças em Catingueira-PB. In: XV ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE e PRÉ-ALAS BRASIL, UFPI, Teresina, 04 a 07 de setembro de 2012. **Anais...** Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT27-50.pdf>> Acesso em: 26.03.2013
- SUÁREZ, Mireya; LIBARDONI, Marlene. O Impacto do Programa Bolsa Família: Mudanças e continuidades na condição social das mulheres. In: VAITSMAN, Jeni; PAES-SOUSA, Rômulo (org.). **Avaliação de Políticas e Programas do MDS** – Resultados, v. 1. Brasília DF: Cromos Editora, 2007. p. 119-160.

Recebido em 30/11/2012

Aprovado em 06/02/2013